

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Securities"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários
Em 13 de janeiro de 2017, foi criado o Conselho de Administração da Santander Securities, o qual será composto por no mínimo 5 e no máximo 10 membros, dentre os quais um Presidente, designado pela Assembleia Geral, e os demais designados membros, todos eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, com mandato de 3 anos.

Tendo em vista a criação do Conselho de Administração, foram eleitos: (a) como Presidente do Conselho de Administração da Santander Securities, Carlos Rodríguez de Robles Aréiza e (b) como Conselheiros: Alexandre Silva D'Ambrosio, Andrés Campos Calvo-Sotelo, Carlos Rey de Vicente, Jean Pierre Dupui e Joaquin Alfaro Garcia.

Na Reunião da Diretoria realizada em 10 de outubro de 2017, foi declarada a proposta de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$39.685 (R\$22.80134 por ação), sendo R\$33.732 líquidos dos efeitos tributários (R\$19.38099 por ação). O pagamento foi realizado em 10 de dezembro de 2017.

Na Reunião da Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2017, foi declarada a proposta de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$14.770 (R\$8.48622 por ação), sendo R\$12.554 líquidos dos efeitos tributários (R\$7.213 por ação). O pagamento foi realizado em 28 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$918 milhões (31/12/2016 - R\$863 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$89,9 milhões (31/12/2016 - R\$67,3 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$959 milhões (31/12/2016 - R\$959 milhões). Desse montante, destacamos, R\$642 milhões (31/12/2016 - R\$703 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$299 milhões (31/12/2016 - R\$207 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de obrigações fiscais e previdenciárias foi de R\$45 milhões (31/12/2016 - R\$39 milhões). Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 12 de março de 2018.

Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2017	31/12/2016	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	330.154	237.120	Passivo Circulante	58.657	61.813
Disponibilidades	4&13.c	973	Outras Obrigações	58.657	61.813
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	298.191	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	125	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		298.191	Sociais e Estatutárias	1.858	12.837
Outros Créditos	30.478	29.047	Fiscais e Previdenciárias	44.845	39.135
Rendas a Receber	6.a	25.338	Diversas	10	11.829
Créditos Tributários	5	3.939	Passivo Exigível a Longo Prazo	18.565	14.067
Diversos	6.b	1.203	Outras Obrigações	18.565	14.067
Outros Valores e Bens	512	14	Fiscais e Previdenciárias	9	366
Despesas Antecipadas		512	Diversas	10	18.199
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.053	18.026	Patrimônio Líquido	12	918.161
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	1.022	Capital:		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.022	De Domiciliados no País	840.313	840.313
Outros Créditos	20.967	17.731	Reservas de Lucros	77.911	42.454
Rendas a Receber	6.a	709	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(63)	-
Créditos Tributários	5	3.056			
Diversos	6.b	17.911			
Outros Valores e Bens	64	295			
Despesas Antecipadas		64			
Permanente	643.176	703.501			
Investimentos	1	1			
Outros Investimentos		144			
(Provisões para Perdas)		(143)			
Imobilizado de Uso	7	1.097			
Outras Imobilizações de Uso		1.210			
(Depreciações Acumuladas)		(113)			
Intangível	8	642.078			
Ativo por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055			
Outros Ativos Intangíveis		463.143			
(Amortizações Acumuladas)		(144.120)			
Total do Ativo	995.383	958.647	Total do Passivo	995.383	958.647

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	840.313	8.684	7.439	-	856.436
Lucro Líquido	-	-	-	67.331	67.331
Destinações:					
Reserva Legal	12.c	3.367	-	(3.367)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(41.000)	(41.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	11.482	(11.482)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	11.482	(11.482)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	882.767
Mutações no Exercício	3.367	3.367	22.964	-	26.331
Saldos em 31 de dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	882.767
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	(63)	(63)
Lucro Líquido	-	-	-	89.912	89.912
Destinações:					
Reserva Legal	12.c	4.496	-	(4.496)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(54.455)	(54.455)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	15.481	(15.481)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	15.480	(15.480)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	840.313	16.547	61.364	(63)	918.161
Mutações no Exercício	4.496	4.496	30.961	(63)	35.394
Saldos em 30 de junho de 2017	840.313	13.835	64.304	-	918.452
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	(63)	(63)
Lucro Líquido	-	-	-	54.227	54.227
Destinações:					
Reserva Legal	12.c	2.712	-	(2.712)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(54.455)	(54.455)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	(1.470)	1.470	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	(1.470)	1.470	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	840.313	16.547	61.364	(63)	918.161
Mutações no Período	2.712	2.712	(2.940)	(63)	(291)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Santander Securities) controlada pela Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (S3 Participações), tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Securities são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 12 de março de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
Os ativos demonstrados pelo valor de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Provisões para Perdas - Rendas a Receber

As provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

h.2) Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estabelecidos de vida útil (Nota 8.a).

Os custos de aquisição de logiciários são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 8.a).

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Securities, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem imputadas.

j) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Securities como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Santander Securities aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

n) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revistas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Contingências Cíveis	60	(60)	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	1.319	555	-	1.874
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	550	(499)	51
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	-	42	-	42
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	2.541	2.130	(1.765)	2.906
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	1.563	559	-	2.122
Total dos Créditos Tributários Circulante	5.423	3.896	(2.324)	6.995
Longo Prazo	3.647	1.776</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há ativos contingentes com êxito provável (Nota 3.i).

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Fiscais
Saldo Inicial	13.851	-	12.294	-
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	807	120	-	-
Atualização Monetária	1.314	9	1.633	-
Baixas por Pagamentos	(83)	(1)	(76)	-
Saldo Final	15.889	128	13.851	-
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	13.455	24	12.399	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Securities, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Securities tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$520 (31/12/2016 - R\$331): a Santander Securities interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$13.399 (31/12/2016 - R\$12.346): A Santander Securities ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. A ação judicial ainda está pendente de julgamento.

Desmutualização de Ações - R\$472 (31/12/2016 - R\$454), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$23,4 milhões, sendo:

IRPJ - Refere-se à cobrança judicial de IRPJ do período base de 1994, por suposta falta de pagamento do tributo. Com a comprovação do recolhimento, houve sentença favorável em primeiro grau, objeto de apelação por parte da União, ainda em julgamento. Em 31 de dezembro de 2017, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$10,6 milhões.

COFINS - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2017, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$9,8 milhões.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	39.685	5.953	33.732	22.80134	19.38099	-
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	14.770	2.216	12.554	8.48622	7.21300	-
Total	54.455	8.169	46.286	-	-	-

	31/12/2016			31/12/2016		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	27.000	4.050	22.950	15.51307	13.18611	-
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	14.000	2.100	11.900	8,04381	6,83724	-
Total	41.000	6.150	34.850	-	-	-

⁽¹⁾ Deliberados pela Diretoria em 10 de outubro de 2017 e pagos em 10 de dezembro de 2017.

⁽²⁾ Deliberados pela Diretoria em 26 de dezembro de 2017 e pagos em 28 de dezembro de 2017.

⁽³⁾ Deliberados pela Diretoria em 21 de setembro de 2016 e pagos em 28 de setembro de 2016.

⁽⁴⁾ Deliberados pela Diretoria em 30 de dezembro de 2016 e pagos em 26 de janeiro de 2017.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Securities e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Securities realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores e para o ano de 2017, foi fixado em valor máximo de R\$8.500.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Securities, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração Fixa	3.500	1.695	-	-
Remuneração Variável	1.594	962	-	-
Outras	177	675	-	-
Total dos Benefícios de Curto Prazo	5.271	3.332	-	-

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.096 (31/12/2016 - R\$894).

a.3) Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A Santander Securities é controlada pela S3 Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Disponibilidades	973	716	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	973	716	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Depósitos Interfinanceiros	299.213	207.343	24.344	20.979
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	299.213	207.343	24.344	20.979
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.479	4.574	78.426	56.382
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	4.479	4.385	76.101	54.772
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	189	2.325	1.610
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	(11.900)	-	-
Santander Securities Services	-	(11.900)	-	-
Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	12	(15.382)	(13.034)
Banco Santander (Brasil) S.A. (Nota 16) ⁽²⁾	-	-	(4.763)	(4.784)
Isban Brasil S.A. ⁽²⁾	-	12	(3.478)	(1.718)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽²⁾	-	-	(45)	-
Produban Serviços Informáticos	-	-	-	-
Generales, S.L. ⁽²⁾	-	-	(35)	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽²⁾	-	-	(7.061)	(6.532)

⁽¹⁾ Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

14. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	193.353	169.182	-	-
Rendas de Serviços de Custódia	63.017	56.703	-	-
Outras Rendas de Serviços	36.087	19.291	-	-
Total	292.457	245.176	-	-

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	24.755	19.543	-	-
Encargos	7.825	5.953	-	-
Benefícios	4.633	4.296	-	-
Treinamento	722	853	-	-
Outras	427	380	-	-
Total	38.362	31.025	-	-

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depreciações e Amortizações	61.753	62.455	-	-
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	11.647	10.107	-	-
Serviços do Sistema Financeiro	1.049	2.803	-	-
Processamento de Dados	13.637	12.166	-	-
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	4.763	4.784	-	-
Transporte e Viagens	563	468	-	-
Comunicações	499	162	-	-
Despesas com Seguros	410	450	-	-
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	173	-	-	-
Outras	1.316	837	-	-
Total	95.810	94.232	-	-

17. Despesas Tributárias

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesa com PIS	1.778	1.490	-	-
Despesa com Cofins	10.943	9.171	-	-
Despesa com ISS	13.052	10.940	-	-
Outras	205	182	-	-
Total	25.978	21.783	-	-

18. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reversões de Provisões Operacionais - Outras	-	370	-	-
Recuperação de Encargos e Despesas	224	5.119	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	1.065	1.444	-	-
Atualização de Impostos a Compensar	169	619	-	-
Total	1.458	7.552	-	-

19. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões Operacionais	-	-	-	-
Fiscais (Nota 11.b)	807	123	-	-
Trabalhistas (Nota 11.b)	129	-	-	-
Outras Provisões Operacionais	969	-	-	-
Atualização Monetária Contingência Fiscal (Nota 11.b)	1.314	1.633	-	-
Despesas de Atualização de Impostos	586	724	-	-
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	1.367	1.531	-	-
Outras	1.096	44	-	-
Total	6.268	4.055	-	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Conselheiros

Alexandre Silva D'Ambrosio

Andrés Campos Calvo-Sotelo

Joaquin Alfaro Garcia

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Alex Severino de Souza

Erick Warner Carvalho

Rafael Guazzelli Ferme

Fabio Ribeiro

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	152.870	122.612	-	-
Participações no Lucro	(6.986)	(8.584)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	(54.455)	(41.000)	-	-
Resultado antes dos Impostos	91.429	73.028	-	-